



Confira o novo site do Legalmatic

O novo portal, com muito mais conteúdo, é simples de navegar. Tire suas dúvidas e fique por dentro das últimas novidades.

GRATUITO PARA CLIENTES

CONTÁBIL/SOCIETÁRIA

Segundo a legislação, qual o valor mínimo para reconhecimento de um bem como Ativo Imobilizado?

Para fins contábeis, segundo o CPC 27, um bem deve ser registrado como Ativo Imobilizado apenas se for utilizado na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos e se espera utilizar por mais de um período. Ou seja, o CPC 27 não cita valores e sim características esperadas para que o bem seja imobilizado na contabilidade. Já para fins tributários a Medida Provisória nº 627/13 alterou o valor de R\$ 326,61, estipulado anteriormente pelo RIR/99, para R\$ 1,2 mil, com efeitos a serem considerados a partir de 1º de janeiro de 2015, salvo se a entidade adotar opcionalmente as regras da MP já no ano-calendário 2014.

Uma pessoa jurídica com processo está em fase de transferência de titularidade dos sócios. Concretizada a mudança, o processo será transferido para os novos titulares?

Sim, haverá a transferência para os novos titulares, tendo em vista que o processo judicial está vinculado à pessoa jurídica a qual ele participa e não à pessoa física do titular. Salientamos que o titular cedente responderá solidariamente com o novo titular, perante a pessoa jurídica e terceiros, pelas obrigações que tinha como titular, até dois anos depois de averbada a modificação do ato institucional, nos termos do artigo 1.033 do Código Civil, combinado com os artigos 1.057, e 980-A, ambos também do Código Civil.

De acordo com a legislação, existe um valor mínimo de capital social para Sociedade Limitada?

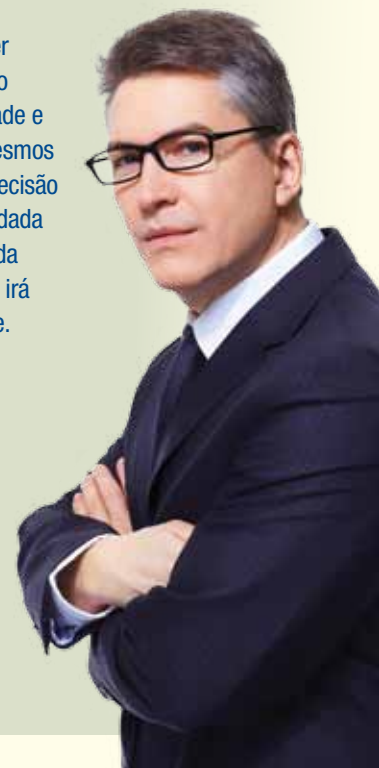
Com exceção das pessoas jurídicas constituídas no formato Eireli, não há previsão legal sobre o valor mínimo de capital social para a sociedade empresária. A Lei nº 10.406/02 do Código Civil apenas menciona que ele deve ser expresso em moeda corrente, podendo compreender qualquer espécie de bens, suscetíveis de avaliação pecuniária.

Quais pessoas jurídicas estão obrigadas à entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD) até o dia 30 de junho de 2014?

Para entrega até junho de 2014, com os dados relativos ao ano-calendário 2013, estão obrigadas a entregar a ECD as pessoas jurídicas tributadas pelo Lucro Real, conforme previsto na Instrução Normativa RFB nº 787/07. Já para a entrega em junho de 2015, com dados relativos ao ano-calendário 2014, a obrigatoriedade se estende para as pessoas jurídicas do Lucro Presumido que se enquadram nos moldes do artigo 3º da IN nº 1.420/13.

O sócio de uma sociedade empresarial, cuja participação seja de apenas 1% das cotas registradas em contrato, pode ser nomeado administrador e fazer a retirada de pró-labore?

A administração da entidade poderá ser exercida por um de seus sócios mesmo que este tenha menor parte na sociedade e desde que exista anuência entre os mesmos referente a tal decisão. Além disso, a decisão pelo administrador deverá estar respaldada através de cláusula no contrato social da entidade, tendo em vista que o mesmo irá decidir sobre os negócios da sociedade. O administrador deverá ter, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios (Lei nº 10.406/02 art. 1.011). Dessa forma, comprovando que o administrador exerça as suas funções na entidade, não há impedimento legal em o mesmo receber pró-labore a título de remuneração.





Um contribuinte optante pelo Simples, que não tenha a exigência do diferencial de alíquota nas operações interestaduais, é obrigado a entregar a STDA?

Sim. Independente se tenha ocorrido ou não o pagamento da antecipação tributária, substituição e do diferencial de alíquota, o contribuinte do ICMS sujeito às normas do Simples Nacional, exceto o Microempreendedor Individual (MEI), deve entregar anualmente a Declaração do Simples Nacional relativa à Substituição Tributária e ao Diferencial de Alíquota (STDA), conforme dispõe o parágrafo 2º alínea “b”, artigo 1º da Portaria CAT nº155/10.

Uma empresa pode abrir como filial um depósito fechado com a finalidade de estocagem de mercadorias mantendo uma única inscrição estadual?

Não. De acordo com o artigo 19, §§ 1º e 2º do RICMS/SP, o contribuinte que mantiver mais de um estabelecimento, seja filial, sucursal, agência, depósito ou fábrica, inclusive escritório meramente administrativo, fará a inscrição em relação a cada estabelecimento. No caso, o depósito fechado pode considerar-se como estabelecimento filial que tem por finalidade exclusiva a guarda de mercadorias de contribuinte, vedada, porém, a prática de atividade mercantil, conforme inciso I, artigo 17 do mesmo regulamento.

Um comércio que adquire mercadorias para revenda diretamente da indústria, poderá tomar crédito do PIS e da Cofins sobre o valor total, incluindo o IPI?

Nos termos da Solução de Consulta nº 41/13, para fins de créditos do PIS e da Cofins no regime de apuração não-cumulativa, no valor de aquisição das mercadorias, o valor do IPI pode ser embutido na base de cálculo para os créditos de PIS/COFINS, caso não seja recuperável pelo revendedor, conforme o artigo 8º, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 404/04.

Existe multa pelo descumprimento do prazo para transmitir a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis)?

Não há amparo legal de multa pela entrega em atraso da Defis. No entanto, as apurações dos períodos a partir de março de cada ano no PGDAS-D ficam condicionadas à entrega da Defis relativa ao ano anterior. Por exemplo, para realizar a apuração do PA 03/2014, a ME/EPP deverá, primeiramente, transmitir a Defis do ano de 2013, isto é, caso a empresa tenha sido optante pelo Simples Nacional em algum período de 2013.

Uma empresa enquadrada no Lucro Real tem direito ao crédito do PIS e da Cofins no regime não-cumulativo quando adquire mercadorias para industrialização de um fornecedor optante pelo Simples Nacional?

Em conformidade com o Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 15/07, as pessoas jurídicas optantes pelo Lucro Real e sujeitas ao regime não-cumulativo de PIS e Cofins têm direito ao crédito referente as aquisições de insumos de empresas do Simples Nacional normalmente.

É devido o recolhimento do ICMS sobre diferencial de alíquota referente a serviços de transporte tomados, cujo prestador é domiciliado fora de São Paulo?

Não há previsão na legislação paulista do ICMS exigindo a cobrança do diferencial de alíquotas referente a serviço de transporte tomado.

A partir de quando os contribuintes do IPI que entregam a EFD-ICMS/IPI estão obrigados a informar o bloco K – Controle de Produção e do Estoque?

Conforme a Portaria CAT nº 141/13, o Bloco K Controle de Produção e do Estoque será exigido a partir do período de apuração de janeiro de 2015.



www.legalmatic.com.br

VOCÊ, CLIENTE, pode tirar sua dúvida ou consultar novas informações em nosso acervo. Acesse agora www.legalmatic.com.br, onde disponibilizamos um banco de dados com perguntas e respostas. Além disso, nesse canal é possível consultar legislações, agendas e tabelas, além de contar com o Resumo Mensal atualizado com as principais leis publicadas mensalmente.

Uma empresa que teve suas atividades paralisadas por motivo de força maior (incêndio) pode reduzir temporariamente os salários de seus empregados?

Segundo o artigo 503 da CLT, é lícita, em caso de força maior ou prejuízos devidamente comprovados, a redução geral dos salários dos empregados da empresa, proporcionalmente aos salários de cada um, não podendo, entretanto, ser superior a 25%, respeitado, em qualquer caso, o salário mínimo da região. Todavia, cessados os efeitos decorrentes do motivo de força maior, é garantido o restabelecimento dos salários reduzidos.

Como deve ser paga uma diferença de horas extras apuradas posteriormente ao mês de desligamento do empregado?

Qualquer pagamento efetuado após o pagamento das verbas rescisórias deve ser feito por meio de rescisão complementar. Assim, se foram apuradas diferenças de horas extras após a quitação das verbas rescisórias do empregado, basta efetuar o pagamento das diferenças por meio de um complemento de rescisão.

O empregador pode impor as regras para concessão de pagamento de bolsa de estudo de seus empregados?

Cumpra esclarecer que a bolsa de estudo ou reembolso da mensalidade escolar é feito por deliberação do empregador. Sendo assim, esse tem a prerrogativa de determinar as condições para que o reembolso ou pagamento seja efetuado, já que a legislação trabalhista é omissa nesse sentido.

A correção de uma informação na Rais após o prazo de entrega sujeita o empregador a penalidades?

Sim. De acordo com o Manual da Rais, página nº12, havendo necessidade de retificar as informações prestadas, o término do prazo para transmissão da Rais Retificada, sem multa, era 21 de março de 2014. Logo, a entrega dela após o prazo sujeita o empregador a multa, prevista no artigo 25 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Os equipamentos de proteção individual fornecidos pelo empregador aos empregados podem ser descontados?

Não. Segundo o artigo 166 da CLT, a empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos funcionários.



Qual o limite máximo de desconto de refeição que uma empresa não inscrita no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) pode cobrar de seu empregado?

Em se tratando de alimentação fornecida por empresa sem cadastro no PAT, utiliza-se em analogia o § 3º do citado artigo 458 da CLT, o qual dispõe que a alimentação fornecida como salário-utilidade, o desconto não poderá exceder 20% do salário contratual. Por outro lado, o desconto refeição de empresa cadastrada no PAT deve observar o disposto no Decreto nº 05/91, que regulamenta a Lei nº 6.321/76, que trata do Programa de Alimentação do Trabalhador, e em seu § 1º do artigo 2º, determina que a participação do trabalhador fica limitada a 20% do custo direto da refeição. Todavia, quando há previsão legal em convenção coletiva de trabalho, deverá ser seguido o disposto nesse documento.

www.legalmatic.com.br

**GRATUITO
PARA CLIENTES
CONTMATIC**



A empresa é obrigada a complementar o benefício previdenciário de um funcionário afastado por doença, onde a remuneração recebida do INSS é menor que o valor do salário na companhia?

Não existe na legislação nenhum dispositivo legal que obrigue o empregador a complementar a remuneração dos empregados afastados. Entretanto, algumas convenções coletivas possuem cláusula determinando que a empresa complemente a diferença entre o auxílio-doença pago pela Previdência Social e o salário do funcionário. Nesse caso, recomenda-se que a companhia consulte a convenção coletiva da categoria.

O período em que o empregado estiver recebendo seguro-desemprego será computado para fins de aposentadoria?

Em primeiro lugar cumpre esclarecer que, entre outras situações, serão considerados para fins de aposentadoria os períodos em que houver contribuição para Previdência Social. Por sua vez, durante o tempo em que o segurado recebe o benefício do seguro-desemprego, geralmente não há recolhimento de contribuição, e por isso esse período não é computado para fins de aposentadoria. A exceção à regra é se houver recolhimento como segurado facultativo.

Quando o trabalhador possui dois empregos, para fins de direito ao salário-família, a remuneração das duas empresas devem ser somadas?

Sim. A Portaria Interministerial MPS/MF nº 19/14 esclarece que para fins de pagamento do salário-família con-

sidera-se remuneração mensal do segurado, ainda que resultante da soma dos salários de contribuição correspondentes a atividades simultâneas. Sendo assim, deve-se somar a remuneração dos dois contratos de trabalho.

A empregada doméstica que sofre acidente no trabalho tem direito a auxílio-doença?

O Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3.048/99, não estendeu a categoria dos trabalhadores domésticos o direito acidentário, mas sim o auxílio-doença previdenciário. Portanto, o trabalhador doméstico, ainda que sofra acidente do trabalho, tem direito ao auxílio-doença comum, o qual será devido a contar da data do início da incapacidade ou da data da entrada do requerimento, se entre essas datas decorrerem mais de 30 dias.



JURISPRUDÊNCIAS

Insalubridade - Eliminação ou redução

Equipamento de proteção individual atenua a insalubridade, mas não a elide totalmente. Se não há condição de se adotar medidas a afastar totalmente os agentes insalubres do ambiente de trabalho, deve o empregador pagar o respectivo adicional, ainda que forneça os equipamentos necessários, pois o uso de EPI atenua a insalubridade, mas não a elide totalmente e o labor em tais condições sempre deixará resquícios na saúde física do empregado. TRT - 02980332393 RO - Relator Afonso Arthur Neves Baptista

Cipa - Extinção do estabelecimento

A estabilidade do membro cipeiro é uma garantia para as atividades, e não uma garantia pessoal. Assim, extinto o estabelecimento, não há que se falar em estabilidade. Nesse sentido, a Súmula nº 339 do TST. TRT - RO 0000750-75.2011.5.02.0441 – Desembargadora Soraya Galassi Lambert

Horas Extras - Assistente comercial

O empregado que exerce a função de assistente comercial e executa atividades externas, sem o controle e fiscalização do empregador, não faz jus ao pagamento de horas extraordinárias, por imperativo do art. 62, I, da CLT. TRT - RO 2931/2001 - Relator Juíz Tarcísio Valente

FGTS - Acidente de trabalho

O empregador, nos períodos de afastamento dos trabalhadores em decorrência de acidente de trabalho, continua obrigado ao recolhimento dos depósitos do FGTS. A propósito, o artigo 28, III, do Decreto 99684/90, que regulamentou a Lei 8036/90, dispõe ser obrigatório o depósito na conta vinculada do FGTS também nos casos de interrupção do contrato de trabalho, citando expressamente a hipótese da ocorrência de licença por acidente de trabalho.

TRT - RO 15571/98 - Juíza Maria Laura Franco Lima de Faria